



Plataforma Brasileira de
Direitos Humanos Econômicos,
Sociais, Culturais e Ambientais

Dr. Santiago Canton

Secretário Executivo

Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH

1889 F Street, NW,

Washington DC, 20006

EUA

Por Fax: 001-202-458-3992

Email: cidhoea@oas.org

18 de abril de 2011

Estimado Sr. Cantón,

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – **Plataforma Dhesca Brasil** vem, por meio desta, manifestar apoio irrestrito à decisão de 1º de abril de 2011 feita por esta Honorável Comissão garantindo as medidas cautelares (MC-382-10) em prol das comunidades tradicionais gravemente ameaçadas pela construção do Complexo Hidrelétrico Belo Monte, no estado do Pará, Brasil.

Articulada como capítulo brasileiro da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento – **PIDHDD**, a Plataforma Dhesca Brasil é uma rede de 36 organizações e movimentos comprometidos com os direitos humanos no território brasileiro que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Dhesca, visando o fortalecimento da cidadania e radicalização da democracia. Para atingir tais objetivos, a Plataforma possui as Relatorias de Direitos Humanos, que são réplicas, em condições nacionais, das Relatorias Especiais das Nações Unidas, nos seguintes temas: meio ambiente; cidade; saúde sexual e reprodutiva; educação; e terra, território e alimentação.

A Relatoria do Direito ao Meio Ambiente esteve, em novembro de 2009, na Volta Grande do Xingu, por consequência das denúncias feitas contra a construção da UHE Belo Monte. Colheu depoimentos das comunidades, realizou audiências públicas com as autoridades e, ao fim, elaborou um relatório contendo uma análise da situação e recomendações aos poderes públicos¹, a fim de evitar possíveis violações de direitos, caso fosse dado seguimento à construção de Belo Monte. O relatório da Missão Belo Monte caminha no mesmo sentido da decisão cautelar da CIDH.

Apesar das reações abruptas do governo brasileiro com a referida decisão, a sociedade civil tem aclamado e apoiado a decisão da Comissão Interamericana, considerando que o Brasil é signatário dos tratados internacionais debaixo dos quais

¹http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=131&Itemid=156

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil
+ 55(41) 3232-4660 www.dhescbrasil.org.br - secretaria@dhescbrasil.org.br



assumiu o compromisso de respeitar os direitos humanos de todas as pessoas em seu território.

Conforme demonstrado na resolução de medidas cautelares, além de vários informes de equipes técnicas do governo federal, de científicos, do Ministério Público Federal (MPF) e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH),² existem evidências abundantes que comprovam, de forma irrefutável, que o planejamento e licenciamento do Complexo Belo Monte têm envolvido sérios atos de descumprimento da legislação brasileira e de acordos internacionais referentes ao consentimento prévio livre e informado, aos direitos humanos e à proteção do meio ambiente.

Caso o empreendimento venha a ser construído, esta situação certamente resultará em irremediáveis violações aos direitos de comunidades indígenas e outras populações locais ameaçadas, inclusive grupos indígenas que vivem em isolamento voluntário.

Uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal no último 7 de abril, em Belém, Pará,³ aprovou um manifesto em apoio à vossa decisão de solicitar ao governo brasileiro a suspensão imediata do processo de licenciamento da obra em função do potencial prejuízo que a construção da usina poderá trazer aos direitos das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu.

Considerando a gravidade deste assunto, gostaríamos de deixar expresso e claro que o governo brasileiro tem ignorado e desrespeitado a vontade das comunidades e do conjunto da sociedade brasileira, expressas no relatório de Missão, a qual reconhece a gravidade dos impactos e violações que a obra de Belo Monte acarretariam e também reconhecem a importância de que os afetados sejam devidamente consultados. Assim, expressamos nossa própria “perplexidade” frente à postura do Estado Brasileiro neste momento crítico e compartimos nosso completo apoio à decisão de suspender imediatamente as obras e o processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

Agradecemos a sua atenção.

Atenciosamente,

Plataforma Dhesca Brasil

Coordenação Colegiada

² <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-13/conselho-de-direitos-humanos-aponta-ausencia-absoluta-do-estado-em-belo-monte>

³ <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/13/audiencia-publica-aprova-manifesto-em-apoio-a-oea/>